



Nau Literária: crítica e teoria de literaturas
www.seer.ufrgs.br/nauliteraria
ISSN 1981-4526 – PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre
Vol. 11 N. 02
Literatura e Guerra

PANTERA NO PORÃO: TOTALITARISMO, PERSEGUIÇÃO, MAL-ESTAR E EXPERIÊNCIA

GISÉLLE RAZERAⁱ

Resumo: Este trabalho deriva da análise do livro *Pantera no Porão*, de Amós Oz, sob o prisma do ensaio “Mal-estar na Civilização”, de Sigmund Freud, e do livro *As origens do totalitarismo*, de Hanna Arendt. Além disso, tem na obra *Holocausto, história dos judeus na Europa na Segunda Guerra Mundial*, de Martin Gilbert, o texto que embasa a contextualização do chão histórico sobre as condições de vida do povo judeu no Velho Continente e no artigo “O Estado de Israel: fundamentos históricos” a fundamentação que visa descrever o processo de formação do Estado de Israel. A abordagem apresentada neste artigo busca dar evidência ao modo como a perseguição aos judeus – descrita por Arendt e Gilbert, além dos pressupostos de Freud – está representada nas páginas de *Pantera no porão*, narrativa que tem como pano de fundo a fixação da comunidade judaica em terras árabes.

Palavras-chave: Amós Oz – *Pantera no Porão* – Holocausto – Totalitarismo – Israel.

Abstract: *Panther in the Basement*: totalitarianism, persecution, malaise and experience
This work is derived from the analysis of Amos Oz's *Panther in the Basement*, under the prism of Sigmund Freud's essay "Malaise in Civilization" and Hanna Arendt's *The Origins of Totalitarianism*. In addition to the history of the Jews in Europe in World War II, by Martin Gilbert, the text of the Holocaust, the history of the Jewish people in the Old Continent and the article "The State of Israel: Historical grounds" the grounds for describing the process of formation of the State of Israel. The approach presented in this article seeks to give evidence to the way in which the persecution of the Jews – described by Arendt and Gilbert, in addition to the assumptions of Freud – is represented in the pages of *Pantera in the basement*, narrative that has as background the fixation of the Jewish community in Arab lands.

Keywords: Amos Oz - *Panther in the Basement* - Holocaust - Totalitarianism – Israel.

Judeus, um povo historicamente perseguido na Europa

A perseguição ao povo judeu é uma prática que pode ser observada nos registros da História há muito tempo. Os primitivos cristãos europeus consideravam os judeus assassinos de Cristo. Martinho Lutero, por exemplo, teria dito que as sinagogas e as casas judaicas deveriam ser destruídas, e todo o seu povo deveria ser colocado em um único teto, ou em um estábulo, para, dessa forma, descobrir que não eram donos da terra em que viviam, local onde eram considerados estrangeiros. Além disso, precisariam ser submetidos a trabalhar duro e a ganhar o pão pelo suor do próprio rosto. E, quando considerados perigosos, os “terríveis vermes venenosos” deveriam ter retiradas as suas posses, conquistadas por intermédio da usura (GILBERT, 2010, p. 21).

As afirmações de Lutero apenas ilustram o típico veneno antijudaico daquele contexto histórico, que tinha a expulsão dos judeus em massa como conduta comum. Tanto que vários países como Inglaterra, França, Espanha, Portugal e Boêmia já haviam enxotado os judeus dos seus territórios, e essa prática foi comum até o final do século XIX:

[...] Expulsão e opressão continuaram até o século XIX. Entretanto, mesmo onde aos judeus era permitido participar da vida nacional, não passava uma década sem que judeus fossem acusados, em um ou outro país europeu, de matar crianças cristãs para usar na confecção do Pão da Páscoa judaica. Este “libelo de sangue”, sempre acompanhado de explosões de violência popular contra judeus, refletia o profundo preconceito que parecia não poder ser superado por nenhuma quantidade de educação liberal ou modernidade. O ódio aos judeus, com sua história de dois mil anos, poderia afluir tanto como uma explosão espontânea de instintos populares, quanto como um instrumento deliberado de políticas que buscavam um bode expiatório. (GILBERT, 2010, p. 21-22)

No século XIX, difundiu-se na Europa uma política de emancipação judaica, o que parecia anunciar tempos melhores para aquele povo. A iniciativa de alguns países de conceder direitos antes negados ao povo judeu teve motivações financeiras. Sobretudo porque essa ação continha em si uma série de incoerências: a cidadania foi concedida aos judeus por governos que antes a negaram, com a justificativa de que a comunidade judaica, por não ser nativa daqueles países, não tinha direito de igualdade em relação aos demais (ARENDT, 1979, p. 31):

As leis e éditos, que outorgavam aos judeus o direito à emancipação, seguiam na Europa, lenta e hesitantemente, a lei francesa de 1791. Estes decretos foram precedidos e acompanhados pela atitude ambígua do Estado-nação em relação aos seus habitantes judeus. Do colapso da ordem feudal surgiu o conceito revolucionário de igualdade, segundo o qual não se podia mais tolerar uma “nação dentro de outra nação”. (ARENDT, 1979, p. 31)

Contudo, a emancipação judaica estava longe de ser motivada apenas pelo ideal de igualdade entre cidadãos, difundido na Revolução Francesa. Havia, por parte dos Estados-nação, necessidade de crédito devido à expansão econômica estatal do fim do século XVIII. Portanto, era natural que se recorresse ao povo judeu em busca de ajuda, visto que eles eram experientes no manejo monetário, conhecidos como emprestadores de dinheiro. Ademais, muitos judeus eram ligados à nobreza europeia, a quem, não raro, ofereciam proteção, além de assessoria na administração das suas finanças. Hannah Arendt (1979, p. 31-32) resalta que o apoio dos judeus aos Estados-nação foi concedido em uma época em que nenhum outro povo estava disposto a dar crédito a eles, tampouco a participar da evolução dos negócios estatais.

Sendo assim, interessava às lideranças europeias ceder aos judeus alguns privilégios, em troca de suporte financeiro e administrativo. Tais prerrogativas foram distribuídas de forma gradual: originalmente concedidos para uma pequena camada de judeus ricos, chegando a ser estendidos “a todos os judeus da Europa central e ocidental, para que atendessem às crescentes exigências dos negócios estatais, a que os limitados grupúsculos de judeus não conseguiam mais fazer face sozinhos” (ARENDT, 1979, p. 32).

Mesmo que algumas nações europeias estivessem ampliando os direitos dos judeus em seus territórios, no século XIX, ainda havia muito preconceito em relação àquele povo.

Para se ter uma noção, existia, principalmente no Leste europeu, até o início do século XX, uma espécie de estrutura social dividida em quatro níveis, dos quais o povo judeu ocupava a camada mais baixa, “subsistindo do pequeno comércio ou como mascate, de religião judaica e tendo o ídiche como idioma, ‘judeu’ também pela fala” (GILBERT, 2010, p. 23).

Ainda assim, mesmo que não tenham sido assimilados pelas nações do Velho Continente em pé de igualdade com os indivíduos nativos da Europa, na Primeira Guerra Mundial os judeus serviram a exércitos diversos, defendendo inclusive nações que não lhes concediam igualdade em relação aos demais cidadãos:

Na guerra que chegou à Europa em agosto de 1914, judeus serviram em todos os exércitos: e em trincheiras opostas e de ambos os lados do arame farpado. Judeus alemães lutaram e morreram como patriotas alemães, atirando em judeus ingleses que serviram e caíram como patriotas ingleses. (GILBERT, 2010, p. 23)

Passada a Primeira Guerra, com as recentes fronteiras estabelecidas no território europeu, a maior concentração da população judaica se fixou no novo Estado polonês. A segurança das fronteiras europeias dependia de acordos e de tratados, e também da então criada Liga das Nações que, entre outras atribuições, garantia o direito das minorias. “Em cada Estado, novo ou velho, judeus buscavam, nas leis locais, proteção como minoria; por direitos iguais na educação e nas profissões; e por uma plena participação na vida econômica” (GILBERT, 2010, p. 24).

A tentativa da Liga das Nações de garantir proteção às minorias não foi suficiente para fazer com que a perseguição à comunidade judaica chegasse ao fim. Os judeus eram mortos sob a acusação de simpatizar com os comunistas, quando o que parecia mover o ataque contra eles era o ódio de comunidades locais. Na Alemanha, por exemplo, os judeus, mesmo tendo participado ativamente da reconstrução da nação após a Primeira Guerra Mundial, sofreram a acusação de terem sido os responsáveis pela derrota alemã (GILBERT, 2010, p. 25).

Diante de acusações como essas, o antissemitismo gradualmente ganhava força no território germânico, que viu nascer um partido político (o Partido Socialista dos Trabalhadores Alemães – ou NSDAP), também conhecido como “Partido Nazi”. Como integrante dessa sigla, estava o antissemita mais evidente de que se tem conhecimento: Adolf Hitler. No centro da proposta desse partido estava a criação da “Grande Alemanha”. Para isso, a ideia era retomar a posse das colônias alemãs perdidas na Primeira Guerra e expulsar dos judeus do território germânico:

“Ninguém que não seja membro da nação pode ser cidadão do Estado”. Ninguém, senão os de sangue alemão, qualquer que seja o seu credo, pode ser membro da nação. Nenhum judeu, portanto, pode ser um membro da nação. Outro ponto demandava que todos os judeus que haviam chegado à Alemanha desde 1914 deveriam ser forçados e emigrar; uma demanda que afetaria mais de dezoito mil judeus, a maioria nascida nas províncias polonesas da Rússia czarista. (GILBERT, 2010, p. 25-26)

Conforme Gilbert (2010, p. 26), em 1921, Hitler formou um grupo dentro do Partido Nazista a fim de controlar os próprios membros e atormentar os seus opositores. Além disso, esse grupo se dizia motivado a formar gente que marcharia pela liberdade, tendo a suástica como um dos seus símbolos.

O ódio aos judeus, tão frequente nos discursos do Hitler, passou a ecoar cada vez mais, e a comunidade judaica pouco a pouco passou a ser considerada a responsável por qualquer mal que assolasse a Alemanha – desde a derrota em 1918 até as dificuldades econômicas e os altos índices de inflação. Todavia, a hostilidade ao povo judeu não era exclusiva dos discursos de Hitler, tampouco dos seus seguidores, mas uma estratégia fácil usada por grupos extremistas a fim de alcançar popularidade.

Em 1923, Hitler tentou tomar o poder em Munique e falhou. Foi preso e condenado a cinco anos de prisão, dos quais cumpriu apenas oito meses. Nesse período de cárcere, escreveu um livro de relatos, *Minha Luta* (*Mein Kampf*), material em que deixava evidente e explicava os motivos da sua fúria contra o povo judeu (GILBERT, 2010, p. 26):

[...] “O papel dos judeus no fenômeno social da prostituição, e mais especialmente no tráfico de escravas brancas, pode ser estudado aqui melhor que em qualquer outra cidade da Europa Ocidental”, escreveu ele, “com a possível exceção de certos portos no sul da França”. “Um arrepio correu minha espinha quando me dei conta, pela primeira vez, que era o mesmo tipo judeu sem-vergonha, de sangue frio e casca grossa, que mostrava sua habilidade em conduzir a exploração revoltante das escórias da cidade grande. Então me enchi de raiva”. (GILBERT, 2010, p. 28)

Hitler argumentava que o povo alemão era ameaçado por dois *males*: o marxismo e o judaísmo. Dizia ter descoberto uma conspiração judaica que pretendia acabar com o povo “ariano”, mediante a infiltração política que vitimaria a classe trabalhadora germânica. Além do mais, atribuía ao povo judeu uma habilidade satânica: “Os políticos judeus eram mentes da ‘pérfida dialética’, suas próprias bocas ‘distorciam a verdade’. O marxismo era instrumento judaico, uma armadilha judaica” (GILBERT, 2010, p. 28).

Somado a isso, o líder nazista se apresentava como uma pessoa capaz de proteger o povo alemão dos perigos a que o povo judeu supostamente lhe submetia. Ele se considerava a pessoa que havia descortinado as supostas intenções judaicas espúrias e que era capaz de evitar a destruição do povo alemão pelas mãos judias. Dentro dessa lógica, a única alternativa para fazer da Alemanha novamente uma grande nação era repelir os judeus.

Em 1925, a situação econômica na Alemanha passava por certa estabilidade, tendo aumentado a oferta de empregos, diminuído a inflação e reduzido a dívida externa. Nesse mesmo ano, pouco tempo depois da publicação do primeiro livro de relatos do Hitler, foi assinado o Tratado de Locarno, um documento “que garantia as fronteiras da Europa Ocidental como parceira em pé de igualdade com a Inglaterra, a França, a Bélgica e a Itália” (GILBERT, 2010, p. 30). Ademais, nesse Tratado, os países se comprometiam a não atacar ou invadir os territórios uns dos outros, ou aliarem-se a outros países contra as nações coligadas.

No ano de 1926, Hitler lançou o segundo volume do *Minha Luta*, em que reforçava seu ódio aos judeus. Afirmava que, se na Primeira Grande Guerra os judeus tivessem sido submetidos ao gás venenoso, muitos alemães não teriam sido perdidos no *front*, sugerindo que os judeus eram diretamente responsáveis pela derrota naquele evento bélico.

Em 1926, a simpatia da população alemã pelo movimento nazista aumentava. Um bom exemplo foi a fundação de um movimento de jovens nazistas: a Juventude Hitlerista. Simultaneamente, o partido de Hitler crescia com muita velocidade, a ponto de, em 1928, conquistar doze cadeiras no Parlamento (GILBERT, 2010, p. 31).

Por mais que essa ascendência no Nazismo não parecesse ameaçar a democracia europeia, alguns acontecimentos passaram a favorecer a implantação das ideias de Hitler:

[...] A inflação voltou a subir. O desemprego aumentou a níveis sem precedentes. O crescimento dos comunistas alemães detonou uma reação da direita. O extremismo substituiu o ideal democrático de Weimar.

Os problemas internos que deram aos nazistas suas primeiras cadeiras continuaram a piorar. O desemprego continuava crescendo atingindo três milhões no final de 1929. [...] Com o crescimento da crise econômica, os nazistas denunciavam a “riqueza e conspiração” judaicas. Em Berlim, em 1º de janeiro de 1930, tropas de choque de uniformes marrom mataram oito judeus; as primeiras vítimas judias da era nazista (GILBERT, 2010, p. 32).

Conforme Martin Gilbert (2010, p. 32), nos nove meses que seguiram esse episódio, os judeus foram perseguidos, humilhados e ridicularizados por soldados nazistas, então honrados com o título de “membros do partido”.

A força política do partido nazista, em 1930, mostrou a sua face: nas eleições, após uma campanha em que o terrorismo contra os judeus fora a estratégia principal, o número de cadeiras do Parlamento ocupadas pelos nazistas subiu de 12 para 107, tornando-se a segunda bandeira partidária mais forte do território alemão. O *slogan* antisemita do partido – “Alemanha, desperte a morte a Judah” – tornava-se cada vez mais popular. Cenas de grupos de jovens nazistas espancando velhos judeus passaram a ser relatadas por testemunhas oculares: “enquanto três jovens golpeavam um senhor idoso, com seus punhos e cassetetes de borracha, cinco outros montavam guarda para protegê-los” (GILBERT, 2010, p. 32).

Os fortes ajudavam os fortes, para que atacassem os fracos; essa se tornou a marca das ações nazistas. Assim, também era a escolha deliberada dos feriados religiosos do calendário judaico e de alvos religiosos. Somente em 1931 cinquenta sinagogas foram profanadas, e vários milhares de pedras tumulares violadas, em mais de cem cemitérios judaicos. (GILBERT, 2010, p. 32)

No entanto, apesar dos atos contra os judeus terem sido frequentes, o que ocupava as manchetes de jornal da Alemanha eram as notícias de desemprego, e isso aumentava ainda mais a popularidade dos nazistas.

No ano de 1932, Hitler disputou a presidência do país, conquistando o segundo lugar. E, em 1933, após uma série de manobras políticas, foi nomeado chanceler. O líder tornou-se chefe de uma coalizão em que o poder e os postos de comando seriam compartilhados entre os seus membros. Pouco tempo foi necessário para que o ex-soldado agisse visando estabelecer uma ditadura: um Decreto de Emergência, aprovado logo após sua posse, parece ter sido o pontapé inicial para uma sequência duradoura de horrores – o documento permitia que tudo o que pertencesse ao Partido Comunista fosse expropriado, além de orientar para que fossem fechadas todas as organizações pacifistas. Em seguida, ações que visavam o extermínio do povo judeu começaram a ser postas em prática, e as cenas de barbárie que vitimariam muitos deles tornavam-se eventos quotidianos.

O terror nas ruas foi testemunhado por diplomatas estrangeiros e jornalistas da imprensa internacional. Mas, em 9 de março encontrou uma base, oculta por trás do arame farpado. A partir daquele dia, a SS enviou milhares de críticos ao regime, incluindo inúmeros judeus, para um assim chamado “campo de concentração” em Dachau, pró-

ximo a Munique. O campo, “barracos vazios em uma mina de cascalho”, era administrado pela SS de Dachau, que já tinha ficado famosa como “um dos mais selvagens e brutais pelotões da SS na Bavária.” (GILBERT, 2010, p. 35)

Daquele momento em diante, o terror nas ruas parecia só aumentar, na proporção em que a capacidade dos campos de concentração era sistematicamente ampliada. As lojas dos judeus, além de boicotadas, eram saqueadas; advogados e juízes daquele povo eram expulsos, e cidadãos comuns eram assaltados, espancados e tinham seus corpos atirados à rua, seminus e semiconscientes. “Por toda a Alemanha, judeus, assim como não judeus críticos do regime, eram atacados e surrados” (GILBERT, 2010, p. 35).

Nesse cenário, a perda de espaço e de condições de sobrevivência era um problema real ao povo judeu, que reagiu de várias formas: enquanto a maioria tentava resistir em solo europeu, na esperança de que a perseguição tivesse fim, alguns cometeram suicídio, outros abandonaram seus bens, amigos e raízes deixando a Alemanha, exilaram-se em outros países, e uma boa parte emigrou para a Palestina. Entretanto, a propaganda nazista já estava tão difundida, que os árabes, em reação ao aumento da imigração judaica para a Palestina, atacaram edifícios públicos em Nablus, Jaffa e Jerusalém. Logo, a propagação da propaganda nazista em território árabe foi responsável pela manutenção da hostilidade voltada aos judeus em níveis altos, ao passo que exigiu do governo britânico que reavaliasse as leis de imigração, limitando a entrada de judeus no Lar Nacional Judaico (GILBERT, 2010, p. 40-43).

Nessa onda de fuga da comunidade judaica para território palestino, muitos se salvaram, apesar de, conforme dito, não se tornarem imunes às perseguições, mesmo em solo árabe. Tais judeus formaram comunidades, constituíram famílias e houve aqueles que alimentaram o sonho de ver nascer o Estado Judeu, livres das más lembranças e das experiências recém-vividas na Europa, ao passo que alguns sofriam da nostalgia em relação à época em que viveram no Velho Mundo, não compreendendo as terras árabes como sendo suas.

Fundamentos históricos da Guerra de Ocupação e a fundação do Estado de Israel

Do acordo com Evyatar Frisel, é possível compreender a fundação do Estado de Israel como um processo iniciado na história remota do povo judeu. Esse processo, porém, é cercado de uma complexa combinação de fatores, dada as características particulares da comunidade judaica, sobretudo por se tratar de

[...] um povo expulso da sua terra na época romana, disperso desde então pelo mundo, mas que conseguiu manter sua coesão interna como povo, sua fidelidade à sua terra de origem, e em nossos dias volta para esta terra e renasce como entidade política independente. (FRISEL, 1975, p. 497)

Os judeus, desde a Idade Média até o século XVIII, organizavam-se conforme uma corporação. O rei, o senhor feudal ou o bispo outorgava à comunidade judaica uma carta régia em que estavam estabelecidos direitos e deveres sob os seus domínios. Do ponto de vista de deveres, particularmente, constava a obrigatoriedade de os judeus honrarem diversos pagamentos, o que evidencia que a aceitação desse povo na sociedade europeia tinha fundamentação econômica, conforme também apontou Hannah Arendt.

Na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, com o desenvolvimento do Absolutismo na Europa, a situação da comunidade judaica sofreu alterações. Diante da centralização própria ao modelo absolutista, houve uma política de enfraquecimento de corporações urbanas (que era o modelo de existência social adotado pelos judeus), e isso se refletiu diretamente no dia a dia daquele povo, pois, se na Idade Média a grupos judeus desfrutavam de certa autonomia nos feudos que lhe acolhiam, “o rei absolutista considerou seu direito, e mesmo sua obrigação interferir na vida dos seus súditos, também de seus súditos judeus, e orientá-los no terreno econômico e cultural, de acordo com os interesses do Estado, incorporado pelo rei” – logo: a pouca autonomia judaica foi reduzida (FRISEL, 1975, p. 498-499).

No período pós-Revolução Francesa, com exceção da Rússia, foi concedida a cidadania à população judaica por toda Europa. Desse modo, os integrantes dessa comunidade passavam a ter direitos e deveres civis como os demais cidadãos daquele continente. Porém, a obtenção de direitos não se deu automaticamente, precisou de lutas e revoluções, o que se complicou no caso dos judeus, pois sua situação era agravada por preconceitos de ordem político-religiosa: “Para a sociedade geral, cristã, o judeu representara durante os séculos de sua existência na Europa um estranho, tolerado a custo” (FRISEL, 1975, p. 500).

A sociedade oitocentista europeia teria aceitado conceder direitos igualitários ao povo judeu antes em função da lealdade aos princípios de igualdade preconizados pelos idealistas revolucionários franceses do que por estar verdadeiramente convencidos de que eles mereciam esses direitos, o que reforça a noção de que os europeus não haviam apagado as “dúvidas ideológicas e espirituais que acompanharam a concessão desses direitos” (FRISEL, 1975, p. 500).

Além do Iluminismo europeu do século XVIII, progenitor da Revolução Francesa, outra corrente ideológica que interferiu negativamente na situação judaica foi o Romantismo, nascido nos finais desse mesmo século, na forma de movimento literário, lançando rapidamente raízes intelectuais e tendo encontrado expressão política no nacionalismo moderno:

Segundo o pensamento romântico, ou romântico-político, a ligação do indivíduo com a sociedade não depende apenas da aceitação de direitos ou deveres civis, ou, segundo Rousseau, não depende apenas de um “contrato social”. Ela é igualmente, ou mesmo principalmente, uma questão de continuidade histórica – de um passado comum com um certo grupo, ou certo povo, ou certa nação. Esta herança pressupõe uma herança espiritual, a mesma língua, até mesmo uma religião comum, no sentido de que também a religião representa um elo unificador, um fator a contribuir para o caráter próprio do povo ou da nação. (FRISEL, 1975, p. 500-501)

Por isso, diante da infiltração desse pensamento entre os intelectuais da Europa, o povo judeu passou a enfrentar várias dificuldades, pois, se a base essencial para o entrosamento do indivíduo a uma nação dependia de um vínculo orgânico, histórico, esse povo jamais se enquadraria nas exigências da organização política dos países que o acolhiam. No seio da comunidade judaica, iniciou-se um processo de adaptação, que contava com a assimilação de diferentes idiomas, hábitos e costumes: “Agora desenvolve-se um novo tipo de judeu: o judeu alemão, o judeu francês, o judeu inglês” (FRISEL, 1975, p. 501).

Somado a esse contexto, nos finais do século XIX, desenvolveu-se o antissemitismo moderno, não permitindo que a simples conversão religiosa solucionasse o “problema” judaico, como em épocas anteriores. Em expressões mais extremadas, com forte influência de tendências racistas, “o antissemitismo moderno chegou à conclusão de que *não* existe solução para o problema judaico, pois se o problema é fundamentalmente racial, como mudará o judeu individual, ou o grupo judaico, a sua raça?” (FRISEL, 1975, p. 502).

Diante desse cenário, os judeus foram submetidos à franca rejeição; a reação da comunidade judaica à hostilidade do antissemitismo moderno, por sua vez, demonstrou o quanto ela já estava adaptada às inclinações ideológicas e sociais europeias: desenvolveu-se o pensamento nacionalista judaico, incluindo o sionismo moderno.

O antissemitismo moderno teria sido apenas um dos fatores que culminaram no surgimento de movimentos sionistas, pois é preciso levar em conta que o sionismo não é um fenômeno apenas político, ele inclui o fenômeno espiritual e o histórico. E, ao se analisarem as raízes desse movimento, podem-se discernir três motivações principais: a) a ligação histórica entre o povo judeu e a Terra Santa; b) a influência do nacionalismo moderno; c) a crise na situação da comunidade judaica diante do antissemitismo. Essas três motivações produziram uma fermentação ideológica no seio do judaísmo europeu que fez crescer o projeto de restabelecer o seu povo na terra de origem dos antepassados, e isso pode ser considerado o primeiro passo prático para a criação do Estado de Israel. (FRISEL, 1975, p. 503-504).

Se uma reação de autodefesa do povo judeu foi fomentada no íntimo daquele povo de forma crescente (sionismo), o antagonismo da população europeia, incentivada pela propaganda nazista, resultou no maior episódio genocida da era moderna: o Holocausto. A vitimização de milhares de judeus, praticada em grande parte da Europa por mais de uma década, chegaria ao fim apenas no ano de 1945, com o final da Grande Guerra e a libertação dos judeus.

Em virtude do Holocausto, muitas famílias judias optaram por fugir para o território palestino, a fim de escapar dos campos de concentração. Porém, a entrada dessas famílias naquela região não era livre, pois o local estava sob a gerência de forças britânicas, no Mandato Britânico, segundo o consentimento da Liga das Nações.

Esse Mandato teve vigência de 1923 até 1948 e contou com medidas que, direta ou indiretamente, alimentaram a hostilidade dos árabes em relação à comunidade judaica. Entre elas, dividiu-se a Palestina em dois territórios, apartando os árabes dos judeus. A decisão gerou resistência por parte de ambos os povos e, diante da dificuldade em conciliar as exigências conflitantes das comunidades judaica e árabe, o governo inglês, em 1947, solicitou que a ‘Questão Palestina’ fosse colocada na agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas, o que resultou na proclamação do Estado de Israel, em 1948. É no último ano da ocupação britânica que se centralizam os acontecimentos vinculados na memória do narrador de *Pantera no porão*, romance de Amos Oz.

O autor, a experiência e o romance

Conforme Regina Zilberman (2011, p. 3), ainda que a experiência pessoal não seja ferramenta fundamental para um autor escrever sobre guerra, o testemunho de um evento bélico pesa bastante na produção literária. No caso de Amos Oz, por exemplo, é sabido que

a experiência de ser filho de judeus refugiados da Europa, em 1933, exerce significativa influência em seus escritos.

Em sua narrativa, *Pantera no Porão*, Oz dá vida a Prófi, um menino israelense, com 12 anos em 1947, que se intitulava cofundador de uma organização clandestina, a LOM – Liberdade ou Morte. Ele e seus dois amigos, Ben Hur e Tchita Reznik, imaginavam ser capazes de libertar a terra do seu povo – Jerusalém – atirando um foguete rumo ao palácio do rei britânico, Jorge.

Porém, apesar de essa organização clandestina ser fruto da imaginação de Prófi e de seus amigos, assemelhando-se a uma brincadeira de criança, a conduta dos seus membros obedecia a sérios estatutos internos: acusado de traidor, considerado culpado e condenado por tornar-se amigo de um soldado britânico (Stephen Dunlop), o protagonista do romance foi expulso da organização. Mais tarde, adulto e na condição de narrador da trama, remonta alguns acontecimentos cotidianos que vivera na infância, naquela Jerusalém de 1947, no último verão sob o mandato britânico.

O início do romance é marcado pelo questionamento de Prófi em relação à traição – o que parece ser o assunto mais evidente do enredo:

A palavra *shafél*, “baixo, infame, desprezível”, despertou uma pergunta que ainda hoje me interessa, agora que sento para escrever esta história: será que é possível alguém ser traidor sem ser infame? Se não é possível, por que será que Tchita Reznik (reconheci a caligrafia dele) se deu ao trabalho de acrescentar a palavra *infame* a “traidor”? E se é possível, em que circunstâncias a traição não é infame? (OZ, 2008, p. 7).

A dúvida sobre o real sentido da traição permeia todo o enredo, em que o narrador descreve um pouco do dia a dia de uma criança que observa seus pais tentando reconstruir suas vidas depois do trauma sofrido na Europa. Seu pai atuava como revisor e assistente editorial em uma pequena editora. E sua mãe era professora em uma instituição que atendia crianças órfãs, sobreviventes da perseguição nazista. Distante de trazer nas suas páginas apenas um enredo cheio de lembranças de um menino qualquer, *Pantera no Porão* é uma narrativa capaz de ilustrar o reflexo e algumas consequências da atuação dos nazistas em relação aos judeus.

Sigmund Freud, em *O Mal-estar na Civilização*, ao se referir à formação do ego do adulto, afirma ser ele o resultado de um processo que se inicia na infância. Segundo Freud, uma criança recém-nascida não concebe seu ego dissociado do mundo externo, que funciona como fonte de sensações que fluem sobre si. A lucidez quanto à diferença entre o ego e o mundo externo é um aprendizado que tende a se consolidar gradualmente, mediante a atuação de uma série de estratégias inatas fundamentadas, principalmente, nas sensações. Freud afirma que o bebê gradativamente passa a perceber que há fontes de sensações sobre as quais exerce certo controle – dos seus próprios órgãos corporais, por exemplo – ao passo que outros lhe fogem, como o seio da mãe quando se afasta e só retorna “como resultado de seus gritos de socorro”.

[...] É assim que ao Eu se contrapõe um “objeto”, como algo que se acha “fora” e somente através de uma ação particular é obrigado a aparecer. Um outro incentivo para que o Eu se desprenda da massa de sensações, para que se reconheça um “fora”, um mundo exterior, é dado pelas frequentes, variadas e inevitáveis sensações de dor e des-

prazer que, em sua ilimitada vigência, o princípio do prazer busca eliminar. (FREUD, 2011, p. 10)

Conforme Freud (2011, p. 10), o indivíduo desenvolve uma tendência a isolar o ego de tudo aquilo que possa ser uma fonte de desprazer, a “lançá-lo para fora e a criar um puro ego em busca de prazer, que sofre o confronto de um ‘exterior’ estranho e ameaçador”. Contudo, há objetos e certos sofrimentos que não podem ser extirpados do ego por serem originados nele. Esse movimento de proteção ao ego, diferenciando o que é interno do que é externo, para Freud, é o que leva as pessoas ao princípio da realidade, “que deve dominar o desenvolvimento futuro”.

[...] Essa distinção serve, naturalmente, à intenção prática defender-se das sensações de desprazer percebidas ou das que ameaçam. O fato de o Eu, na defesa contra determinadas excitações desprazerosas vindas do seu interior, utilizar os métodos de que se vale contra o desprazer vindo de fora, torna-se o ponto de partida de significativos distúrbios patológicos. [...] Nosso atual sentimento do Eu é, portanto, apenas o vestígio atrofiado de um sentimento muito mais – sim, todo-abrangente –, que correspondia a uma mais íntima ligação do Eu com o mundo em torno. (FREUD, 2011, p. 11).

Porém, mesmo com o esforço de extinguir de si as experiências de desprazer, elas se conservam preservadas no domínio da mente, juntamente à versão transformada que dele surgiu. Logo, é um equívoco supor que, quando as sensações caem na dimensão do esquecimento, elas tenham sido apagadas do ego, pois na vida mental, nada do que uma vez se formou pode perecer; o passado acha-se preservado na vida mental.

De acordo Sigmund Freud (2011, p. 19-20), a vida humana é muito árdua. A fim de suportar o sofrimento que ela causa, é comum as pessoas usarem algumas dessas medidas paliativas: “derivativos poderosos, que nos fazem extrair luz de nossa desgraça; satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela”. E esse movimento de preservação do ego tem relação com o princípio do prazer – o qual determina o funcionamento do aparelho psíquico desde o início. Apesar da busca incansável pela felicidade, ao que tudo indica, as pessoas estão mais sujeitas a experiências de infelicidade. Isso se deve à própria constituição humana, pois não estamos imunes de sofrer ameaças em, pelo menos, três direções:

[...] O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. O sentimento que se origina desta fonte nós experimentamos talvez mais dolorosamente que qualquer outro; tendemos a considera-lo um acréscimo um tanto supérfluo, ainda que possa ser tão fatidicamente inevitável quanto o sofrimento de outra origem. (FREUD, 2011, p. 20)

Contudo, diante da pressão da possibilidade de experimentar sentimentos de desprazer, há indivíduos que moderam seus ideais de felicidade, muitos se considerando afortunados pelo simples fato de terem se livrado de uma infelicidade ou de terem escapado de um sofrimento. Um exemplo dessa afirmação é o caso do sujeito que opta por viver isolado da sociedade: “Contra o sofrimento que pode advir dos relacionamentos humanos, a defesa

mais imediata é o isolamento voluntário, o manter-se à distância das outras pessoas” (FREUD, 2011, p. 20-21).

Outra técnica que o ser humano usa para fugir das sensações de desprazer consiste no deslocamento da libido. O indivíduo direciona seus esforços a fim de reorientar os objetivos dos seus instintos, de modo que evitem a frustração do mundo externo. Para isso, ele conta com a assistência da sublimação dos instintos. Obtém-se o máximo quando se consegue intensificar suficientemente a produção de prazer a partir de fontes do trabalho psíquico e intelectual. Quando isso acontece, o destino pouco pode fazer contra nós (FREUD, 2011, p. 21).

Em relação ao enredo de *Pantera no Porão*, é possível destacar algumas passagens da narrativa para exemplificar conceitos ensaiados por Sigmund Freud. Ao analisar a figura paterna do Prófi, de acordo com a descrição do filho, sabe-se que o homem tinha o hábito de permanecer acordado até as duas da manhã, com o corpo imerso nas sombras da noite e o rosto iluminado pela luminária da escrivaninha:

[...] Meu pai sentava de costas para nós, separado pelo anel de luz projetado pela lâmpada de sua escrivaninha, mergulhado nos seus livros e nas suas fichas, com a caneta-tinteiro arranhando no silêncio, parando, hesitando, depois raspando de novo, como se cavasse um túnel. Meu pai estava checando, comparando, talvez pinçando algum pequeno detalhe nas anotações que ia coletando para seu grande livro sobre a história dos judeus na Polônia. (OZ, 2008, p. 25).

No discurso de Prófi, seu pai era “um homem de princípios, muito intenso e comprometido com a ideia de justiça”. (OZ, 2008, p. 10). Diante dessa descrição, levando em consideração a afirmação freudiana de que uma das formas que o homem utiliza para aguentar a dureza da vida humana é o deslocamento da libido, é possível supor que essa vocação intelectual do pai de Prófi e o seu zelo e apreço pelos livros exemplifiquem uma manifestação desse processo. Já que não pode voltar à sua terra natal, tampouco viver na liberdade que almeja – ser parte de um Estado Judeu, livre e justo –, ele alimenta o sonho de contar a história do seu povo na Polônia, em um ‘grande livro’. O pai de Prófi troca a observação do som dos bombardeios noturnos da região em que vive pelo ideal de fazer justiça aos judeus, a partir de uma experiência intelectual, contando a ‘sua verdade’ nas páginas de um livro.

Em relação à mãe de Prófi, não se observa esse deslocamento. Seu perfil é mais nostálgico. Pela forma como a mulher é descrita pelo menino, ao que parece, ela tem uma visão mais pessimista do contexto em que vive, acreditando em uma natureza de agressividade instintiva das pessoas e concordando com Hobbes “O homem é o lobo do homem”. Além das várias vezes em que Prófi menciona ter visto a mãe lamentar ter saído da Ucrânia, há uma passagem em que sua tendência nostálgica fica mais evidente, ilustrada quando o menino descreve o relato dela:

[...] Minha mãe às vezes ficava por uns cinco ou dez minutos; sentava na beira da minha cama e contava alguma coisa das suas reminiscências. Certa vez me contou que quando era uma garotinha de oito anos, ficou sentada à beira de um riacho lá na Ucrânia, perto de um moinho. Patos cortavam a água. Ela descreveu a curva onde o rio era engolido pela floresta. Era ali que sempre desapareciam as coisas que o rio carregava em seu dorso: cascas de árvores, folhas caídas. No pátio do moinho ela encontrou uma veneziana quebrada, pintada de azul-claro, e a jogou no riacho. Ela imaginou que esse

riacho, que vinha da floresta e nela desaparecia outra vez, devia fazer outras voltas nas profundezas da floresta, meandros e volteios que acabavam fechando um círculo. Assim, ficou ali sentada, durante duas ou três horas, esperando que sua veneziana completasse o círculo e aparecesse de novo. Porém, só os patinhos voltaram. (OZ, 2008, p. 64-65)

Segundo Prófi, a mãe aprendera na escola que a água sempre flui para baixo, porque essa é uma lei da natureza. Porém, as leis da natureza mudam, da mesma forma que um dia já foi verdade que a Terra era plana e o Sol girava em torno dela, e que as estrelas foram postas no céu para tomar conta de nós (OZ, 2008, p. 65). Ela entende que, da mesma forma que as leis da natureza mudam, seria possível ter esperança de que as leis a que as pessoas estão submetidas também fossem mutáveis e, assim, ela pudesse retornar ao país onde ainda estavam suas raízes.

Prófi, em seguida à narração do episódio da veneziana, esclarece que sua mãe, no dia seguinte àquele em que jogou o objeto azul no riacho, voltou ao mesmo lugar do arremesso, na esperança de reencontrá-lo, ato que se repetiu outras vezes:

[...] Dia após dia ela sentava e esperava, meia hora ou uma hora, na beira do rio, embora já tivesse concluído que o fato de a veneziana não voltar, não provava nada: mesmo que o riacho corresse em círculos, talvez a veneziana tivesse presa em algum lugar da margem, ou encalhada em águas rasas. (OZ, 2008, p. 65).

Ela alimentava, pois, a esperança de retornar à Ucrânia do mesmo modo que acreditava que um dia o pedaço de veneziana lançado retornaria à origem. Com igual convicção de que a veneziana completaria um ciclo voltando ao local original, desde que as leis da natureza mudassem, ela imaginava, mediante a reformulação das leis humanas, poder retornar à terra natal.

A estratégia de defesa de proteção ao ego contra o sofrimento a partir do isolamento social, postulada por Freud, é ilustrada por outro personagem, o Sr. Lázarus:

No topo do edifício havia uma pequena cobertura com uma lavanderia abandonada, com pia e luz elétrica; para lá se mudou o sr. Lázarus, um alfaiate vindo de Berlim. Era um homem baixinho, sempre com a cabeça balançando e os olhos piscando muito, e apesar do calor do verão estava sempre de paletó cinzento e por baixo um colete justo, abotoado de cima para baixo. Em volta do pescoço, como um rosário, tinha sempre uma fita métrica verde. Sua mulher e suas filhas, diziam, tinham sido assassinadas por Hitler. Como o sr. Lázarus conseguira se salvar? Corriam vários boatos. Cochichava-se isso e aquilo. Incertezas. Eu tinha uma dúvida: afinal, o que será que *eles* sabiam? Pois o próprio sr. Lázarus jamais disse sequer uma palavra sobre o que tinha acontecido lá. (OZ, 2008, p. 18).

Na sequência da narrativa, o Sr. Lázarus volta a ser citado pelo narrador, e as referências feitas em relação ao comportamento do refugiado alemão contam que ele era um homem vivendo em míseras condições financeiras, ao ponto de não ter alimento para si, mesmo diante da tentativa de subsistir por meio do ofício de alfaiate. Além disso, em uma espécie de cercado construído no terraço de sua casa, o velho criava galinhas, sob o pretexto de vender seus ovos. Contudo, comentava-se que o homem havia dado um nome a cada uma das aves e o seu zelo por elas era tanto, que durante a noite subia ao terraço para se certificar que elas estavam dormindo em boas condições.

Ressalta-se que não há menção ao convívio do Sr. Lázarus com os demais integrantes da comunidade em que estava inserido. A família de Prófi intervinha, providenciando que não lhe faltasse comida, porém, as relações mais próximas do velho eram com as aves que coabitavam sua casa:

Certo dia ocorreu um pequeno milagre: uma das galinhas do sr. Lázarus botou alguns ovos e chocou-os, até que deles saíram cinco pintinhos que não paravam de piar. [...]

O sr. Lázarus se recusou a vender os pintinhos. Deu um nome para cada um. Passava o dia inteiro zanzando pela laje ensolarada, com uma expressão permanente de leve surpresa, sempre com o seu colete justo e a fita métrica em volta do pescoço. Só raramente tinha o que cortar e costurar. A maior parte do tempo ficava discutindo em alemão com suas galinhas, gritava com os pintinhos e depois perdoava, espalhava sementes, cantava canções de ninar, trocava a serragem, ou se inclinava para pegar algum pintinho e o ninava no colo como um bebê. (OZ, 2008, p. 62).

A situação do Sr. Lázarus chama a atenção para dois aspectos: o primeiro é que, de acordo com Prófi, o que era sabido sobre o velho era suposto e não fruto do relato do homem, visto que o próprio sr. Lázarus jamais disse sequer uma palavra sobre o que tinha acontecido consigo e com sua extinta família nos campos de concentração.

Walter Benjamin, em *Experiência e Pobreza*, referindo-se aos soldados da Primeira Guerra Mundial, comenta o silenciamento que era comum àqueles que retornaram da *front*. No entendimento de Benjamin, o silêncio daqueles homens se devia ao empobrecimento das experiências comunicáveis e à experimentação de eventos não comunicáveis:

[...] Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres de experiências comunicáveis, e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca. [...] Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano. (BENJAMIN, 2010, p. 114-115).

O modo escolhido pelo Sr. Lázarus para viver, em um isolamento social, pode ser encarado como algumas das estratégias descritas por Freud para suportar o peso da vida humana: ao que tudo indica, por ter sofrido demasiadamente a perda da mulher e das filhas, o velho preferiu manter-se à parte da comunidade, talvez permitindo que as aves que criava ocupassem o espaço deixado pelo vazio do desaparecimento da família. A sua conduta de silenciar o ocorrido com os parentes no campo de concentração pode também ilustrar um exemplo da incapacidade de verbalizar a experiência traumática: diante da incapacidade de suportar as lembranças, talvez tenha ocorrido a ele o que Primo Levi mostra, ao expor o caso de outro sobrevivente do Holocausto que não conseguia conviver com as próprias imagens mentais: “Alberto estava numa clínica soviética, estava bem, mas tinha perdido a memória, não lembrava nem mesmo o seu nome” (LEVI, 2004, p. 28).

Nazismo, uma forma de religiosidade

Na parte introdutória de *O Mal-estar na civilização*, Freud reflete sobre o papel que a religião ocupa na vida das pessoas. Referindo-se a uma conversa com um amigo a quem

enviara um pequeno livro onde trata a religião como uma ilusão, o pai da psicanálise comenta o ponto de vista do seu interlocutor sobre a fonte da religiosidade:

Esta seria um sentimento peculiar, que a ele próprio jamais abandona, que ele viu confirmado por muitas pessoas e pode supor existente em milhões de outras. Um sentimento que ele gostaria de denominar “sensação de ‘eternidade’”, um sentimento de algo ilimitado, sem barreiras, como que “oceânico”. Seria puramente subjetivo, não um artigo de fé; não traz qualquer garantia de sobrevivência pessoal, mas seria a fonte da energia religiosa de que as diferentes Igrejas e sistemas de religião se apoderam, conduzem por determinados canais e também dissipam, sem dúvida. Com base apenas nesse sentimento oceânico alguém poderia considerar-se religioso, ainda que rejeitasse a fé e toda ilusão. (FREUD, 2011, p. 7-8)

Em relação a tal sentimento, Freud afirma que não o sente, contudo desenvolve o seu pensamento, reconhecendo que “o sentimento ‘oceânico’ existe em muitas pessoas”. Por isso, inclina-se a remontar sua origem, que estaria localizada na fase primitiva do sentimento do ego. Partindo do pressuposto de que os sentimentos só podem ser fonte de energia na medida em que expressem necessidades intensas, Freud postula que essa necessidade que alguns indivíduos (inclusive os que se dizem descrentes ou livres de ilusões) alimentam é semelhante à relação entre pai e bebê:

[...] Quanto às necessidades religiosas, parece-me irrefutável a sua derivação do desamparo infantil e da nostalgia do pai despertada por ele, tanto mais que este sentimento não se prolonga simplesmente desde a época infantil, mas duradouramente conservado pelo medo ante o superior poder do destino. Eu não saberia indicar uma necessidade vinda da infância que seja tão forte quanto da proteção paterna. Desse modo, o papel do sentimento oceânico, que poderia buscar o restabelecimento do narcisismo ilimitado é excluído do primeiro plano. Podemos rastrear a origem da atitude religiosa, em claros contornos, até o sentimento de desamparo infantil. (FREUD, 2011, p. 16).

Interessa voltar o pensamento para uma síntese da análise da perseguição judaica feita por Hannah Arendt: para ela, a ideologia nazista não girou em torno do antissemitismo por acaso; a perseguição aos judeus fora uma manobra para conquistar massas, e essa estratégia teria sido influenciada pelo colapso enfrentado por alguns Estados-nação europeus, cujo poder havia se esvaído (cf. ARENDT, 1979, p. 21).

Por mais que algumas pessoas concebessem que o nazismo era uma expressão exagerada de nacionalismo e xenofobia, o sentimento dos adeptos da ideia era o de desprezo “pela estreiteza do nacionalismo e pelo provincianismo do Estado-nação”. Em seguida, Hannah Arendt traça um paralelo entre a perseguição aos judeus e a perseguição sofrida pelos aristocratas franceses, citando Tocqueville:

[...] Segundo Tocqueville, o povo francês passou a odiar os aristocratas no momento em que perderam o poder, porque esta rápida perda de poder não foi acompanhada de qualquer redução de suas fortunas. Enquanto os nobres dispunham de vastos poderes, eram não apenas tolerados, mas respeitados. Ao perderem seus privilégios, e entre eles o de explorar e oprimir, o povo descobriu que eles eram parasitas, sem qualquer função real na condução do país. (ARENDT, 1979, p. 22).

O ápice da perseguição à comunidade judaica se deu quando seus membros, de forma semelhante à aristocracia francesa, haviam perdido suas funções públicas, e nada lhes

restou além da riqueza. Fato que, nas palavras de Tocqueville, se explicaria pela intolerância que as pessoas manifestam com os indivíduos ricos, cujo poderio financeiro não denota função palpável. “O que faz com que os homens obedeçam ou tolerem o poder e, por outro lado, odeiem aqueles que dispõem de riqueza sem poder, é a ideia de que o poder tem uma determinada função e utilidade geral” (ARENDT, 1979, p. 23).

Considerando que, no momento em que Hitler assumiu o poder na Alemanha, os judeus já não ocupavam as funções-chave de antes nos bancos, a única utilidade que parecia restar à comunidade judaica era a de servir de bode expiatório para explicar a penúria à qual a Europa estava submetida: “os judeus, por serem um grupo inteiramente impotente, ao serem envolvidos nos conflitos gerais e insolúveis da época, podiam facilmente ser acusados de responsabilidade por esses conflitos e apresentados como autores ocultos do mal” (ARENDT, 1979, p. 24).

A ideia de que os judeus teriam servido de bodes expiatórios à Alemanha nazista não tira da comunidade judaica sua corresponsabilidade. No entanto, o uso do terrorismo como ferramenta para governar massas auxilia na sustentação dessa concepção: “Este foi o caso da Alemanha nazista, quando a campanha de terror foi dirigida contra os judeus, isto é, contra pessoas cujas características comuns eram aleatórias e independentes de conduta individual específica” (ARENDT, 1979, p. 25).

Além do mais, para Hannah Arendt (1979, p. 25), o estabelecimento de um regime totalitário exige a apresentação do terror para que uma ideologia específica se realize, e tal ideologia necessita da adesão de muitos, até de uma maioria, para que o terror não seja fixado. Em contrapartida, por mais que se sentissem atacados e acuados, os judeus se recusavam a discutir sua parcela de responsabilidade pela perseguição sofrida, alguns chegando a alimentar “a ideia consoladora de que o antissemitismo, afinal de contas, podia ser um excelente meio de manter o povo unido [...]” (ARENDT, 26-27).

Esta recusa a explicar – ou a tentar entender – o nazismo também figura no enredo de *Pantera no Porão*, conforme um diálogo relatado por Prófi, em que o menino tentava saber dos seus pais os motivos do seu povo ter sofrido tantos maus tratos na Alemanha:

Meu pai, com os olhos azuis piscando rapidamente atrás dos óculos disse: “Nós não devemos ser fracos. Ser fraco é um pecado”.

“Mas o que foi que nós fizemos?” perguntei. “Por que deixamos todos eles tão zangados?”

“Essa pergunta”, disse meu pai, “você deve fazer não a nós, mas aos que nos perseguem. E agora, Sua Alteza, queira fazer a gentileza de pegar suas sandálias debaixo da cadeira e coloca-las no lugar certo [...]”. (OZ, 2008, p. 25)

Dito isso, ao que tudo indica, o êxito que o nazismo teve sob o comando de Hitler se deveu ao fato de uma confluência de fatores: a Europa passava por uma crise financeira aguda, o povo alemão sentia-se desmoralizado pela derrota e pela consequente perda de território para outros Estados-nação e, mesmo assim, abrigava em seu território uma população judaica que – em grande parte – estava apartada da miséria. Destituídos do poder, os judeus inicialmente não perderam sua riqueza, contudo, a exemplo da aristocracia francesa no pós-Revolução, tornaram-se alvo fácil da hostilidade.

O povo alemão, por sua vez, via em Hitler o redentor que o tiraria da condição indesejada. O líder nazista soube se aproveitar do ‘sentimento oceânico’ comum às pessoas e, mediante a estratégia do terrorismo, estabeleceu a comunidade judaica como responsável pelo inferno vivido pelo povo alemão. A mesma dicotomia céu-inferno de que algumas religiões fazem uso para manobrar seus fiéis se aplicava na Alemanha, tendo o povo alemão como o representante do bem e a comunidade judaica a representar o mal.

Ao se justapor em analogia a figura do Hitler e o sentimento de dependência infantil que fundamenta o poder das religiões, proposto por Freud, é possível pensar: da mesma forma que o bebê nutre um sentimento de dependência forte da proteção paterna, foi como se o povo alemão tivesse confiado que teria em Hitler a proteção paterna que lhes imunizaria do sofrimento.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1979.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CHOURAQUI, André. *O Estado de Israel*. Trad. Artur Dias Luis. Lisboa: Arcádia, 1971.

FRISEL, Evyatar. “O Estado de Israel: fundamentos históricos”. In: *Revista de História*. Ano XXVI, vol. LI, nº 102. São Paulo: USP, 1975.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011.

GILBERT, Martin. *Holocausto: história dos judeus da Europa na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Hucitec, 2010.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória*. São Paulo: Unesp, 2010.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

OZ, Amós. *Pantera no porão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCALERCIO, Márcio. *Oriente Médio: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a conviver*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VAISSE, Maurice. *As relações internacionais desde 1945*. Trad. Rosa Carreira. Lisboa: Edições 70, 1995.

ZILBERMAN, Regina. Vivemos em tempos de guerra. *Zero Hora*. Caderno Cultura. 22 out. 2011.

Recebido em: 16/06/2015

Aceito em: 20/06/2015

ⁱ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Universidade de Coimbra. Autora de *Polêmica velada: uma leitura de Memórias Póstumas de Brás Cubas* como resposta ao *Primo Basílio*. E-mail: gisellerazera@hotmail.com.